

Enquanto isso, os policiais entinchelados no quartel, que ardia de fogo, tiveram que fugir e se esconder no morro próximo ao centro de Ipatinga. Dalí foram resgatados por diversas viaturas e até um helicóptero do Governo do Estado.

Demonstrando seu cenário e uma prepotência sem limite, o capitão Robson Zamprogno ainda teve o desprazer de exigir respeito por parte dos operários quando da retirada dos soldados assassinos, mas foi apedrejado e vaiado juntamente com os militares que saíram na carroceria do caminhão.

Já às 14:00 horas, do mesmo dia, cansados e com fome, ficamos sabendo que o Secretário de Segurança de Minas, Celso Mário da Silva Pereira, e o comandante geral da Polícia Militar, José Geraldo de Oliveira (depois deputado), além do assistente militar da Secretaria de Segurança, tenente-coronel Pedro Nazareth já haviam se deslocado de Belo Horizonte para Ipatinga. Mas na assembleia quem apareceu foi somente o Cel. José Geraldo de Oliveira. Um "senhor cara-de-pau".

Diante de tantas adversidades e de tanta revolta contra a polícia, ele subiu em nosso patanque fez gestos dramáticos como ajoelhar, colocar as mãos postas e conseguiu seu intento que era o convencer os operários que "iria punir exemplarmente os assassinos responsáveis pelo massacre."

O Cel. José Geraldo começou sua fala dizendo: "Operários da Usiminas, sou filho de operário. Operário eu sou. Em operário não se atrai. Operário precisa de respeito. Eu prometo, em nome do que é de mais sagrado, que vou mandar prender e punir os assassinos que cometeram essa barbaridade com vocês."

E para a imprensa afirmou que iria prender o capitão Robson Zamprogno e o Tenente Jurandir Gomes Carvalho responsabilizando-os diretamente pelo massacre. Revelou também que iria expulsar todos os soldados criminosos e entregá-los às autoridades judiciais da Comarca de Coronel Fabriciano, Juiz de Direito, Massimo Resende e ao Promotor Orlando Milianês.

De forma "convicente" o Coronel José Geraldo falou para os operários e discorreu sobre os passos do processo e disse que iria pessoalmente comandar para punir os covardes.

Todos nós acreditamos, e não nos restou outra alternativa a não ser aprovar um voto de confiança àquele homem grandão cujas palavras dobrou todo mundo, sendo até aplaudido quando leu um telegrama do Governador Magalhães Pinto que "recomendava providências urgentes para que fosse restabelecida a ordem em Ipatinga e abertura de um rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades."

Tudo Mental! Poucos meses depois todos militares foram promovidos. O capitão Robson Zamprogno e o tenente Jurandir Gomes Carvalho chegaram a Coronel. Também os soldados, cabos e sargentos foram condecorados pelo "ato de bravura" e promovidos a postos mais altos. Souberam engabelar os operários.

Com toda a desfaçatez o Cel. José Geraldo de Oliveira representou muito bem seu papel de policial comprometido com o golpe que viria.

Evidente que esse crápula vai esconder sempre que foi o sádico torturador de operários da Usiminas e do estudante que fora a Ipatinga distribuir o jornal "LIBERDADE" e lá foi preso. O 2º Sargento Itamar, torturou, humilhou e tratou o estudante Jurandir Persichini pior do que se trata um animal. De Ipatinga veio trazido para o DOPS em Belo Horizonte amarrado em um saco de juta e jogado nos fundos de um jeep e com a boca lambendo o assoalho e próxima ao escapamento da viatura.

Acreditamos que esse sádico e truculento ex-2ºsargento Itamar precisa ir "não para o banco em um campo de futebol - mas sim, para o banco dos réus, pois é um dos últimos torturadores que ainda estão impunes no País pelos crimes praticados contra jovens operários e estudantes.

Além disso, ele precisa explicar sobre o roubo de madeira no Parque, conforme registrado no prontuário na PMMG.

O jornal "LIBERDADE" era editado pelo Diretório Acadêmico da antiga FAF/UFMG (hoje FAFICH). O jornal contava a história do massacre dos operários no portão principal da USIMINAS, na manhã de 7 de outubro de 1963. Ali 44 jovens operários foram mortos barbaramente e centenas de outros feridos sem a mínima chance de defesa, simplesmente porque hipotecaram solidariedade a outros 174 operários que haviam sido presos na noite anterior também sem nenhum motivo na noite anterior e que até aquele momento não haviam sido soltos.

A impaciência dos comandantes do policiamento (capitão Robson Zamprogno e Tenente Jurandir Gomes de Carvalho), que se apavoraram com a multidão que protestava veementemente, mas sem tumulto - fez com que houvesse a ordem para atrair contra mais de 8.000 metalúrgicos, tendo os acertado como um alvo móvel ou como milhares de pombos acucados entre as cercas da Usina e os trilhos e mourões com arame farpado da CVRD Cia Vale do Rio Doce, cuja linha férrea, vindo de Itabira, corta Ipatinga em direção ao Espírito Santo.

Na época do massacre o Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais era o Cel. José Geraldo de Oliveira (mais tarde deputado) que no início das apurações, dissimuladamente, tentou demonstrar indignação com o genocídio mas, pouco tempo depois, promoveu todos os militares envolvidos naquele crime hediondo.

Na época foi instaurado um IPM - Inquérito Político Militar - enquadrando como subversivos também os estudantes/editores do jornal - José Maria Mineiro e Gil Gal Gonçalves, além de Jurandir Persichini Cunha.

Tal processo foi o primeiro caso da Lei de Imprensa e Segurança Nacional registrado no País (junho de 1967), criado pelo AI-2.

No STM, no Rio de Janeiro, atuaram no processo os advogados Sobral Pinto, Heleno Fragoso e Ariosvaldo Campos Pires, e em Minas Afonso Cruz, Geraldo Magela (ambos falecidos) e Carlos Cateb e Fayd Saab no IPM instaurado pela 4ª Região Militar de Juiz de Fora.

Foram quatro anos de inquérito que condenou José Maria Mineiro a dois anos de prisão, e a sentença absolutória de Jurandir Persichini foi recorrida pelo famigerado e tristemente conhecido promotor da 4ª RM, Joaquim Simeão de Faria, por não ter absolvido por unanimidade. A sentença depois foi confirmada.